

António José Queiroz*

As eleições legislativas de 1925

R E S U M O

As últimas eleições legislativas da I República (8 de Novembro de 1925) disputaram-se num clima de grande turbulência política, situação que não evitaria a realização de acordos eleitorais entre algumas das forças concorrentes. No final, como de costume, venceu o Partido Republicano Português. Novidade foi a eleição de deputados da Esquerda Democrática e da União dos Interesses Económicos. Numa análise global, estas eleições podem considerar-se “as mais fraudulentas e indecorosas” da I República.

A B S T R A C T

The latest elections of the First Republic (November 8, 1925) were played in an atmosphere of great political turmoil, a situation that would not avoid the achievement of electoral agreements between some of the competing forces. In the end, as usual, the Portuguese Republican Party won. The election of deputies both of the Democratic Left and of the Union of Economic Interests was the novelty. In a global view, these elections can be considered “the most fraudulent and shameful” of the First Republic.

Em 1925, o Partido Republicano Português (PRP) vivia uma situação de cerco social. Não só não conseguia conquistar a confiança dos sectores dominantes da sociedade (seduzidos que estavam pelos exemplos autoritários e de “ordem” que chegavam de Itália e de Espanha) como acabaria por se defrontar também (uma vez mais) com a hostilidade do operariado e com a crescente deserção da pequena e média burguesia das cidades (excluindo, naturalmente, os que beneficiavam de situações de clientelismo, que eram muitos, sobretudo no funcionalismo público).

A viragem do relacionamento entre patronato e governo vinha de trás, mais concretamente de Dezembro de 1923, data em que se realizou o congresso das Associações Comerciais e Industriais, processo que culminaria com a fundação da União dos Interesses Económicos, em 28 de Setembro de 1924. A partir daqui, o patronato abria finalmente o jogo: a sua oposição já não era apenas aos governos da República mas ao próprio regime com quem o PRP se confundia.

O quadro agravar-se-ia para os democráticos em meados de 1925; de facto, o PRP (que vivia uma fase de grande tensão interna) confrontou-se então com a rebeldia parlamentar do sector *canhoto*, de que iria resultar a sua última cisão (17 de Julho de 1925). Foi, pois, aparentemente fragilizado que o partido nuclear da República se preparou para as legislativas de 8 de Novembro, eleições tardias, já que deveriam ter-se realizado alguns meses antes. Foram, porém, adiadas devido ao golpe militar (falhado) de 18 de Abril.

* Doutor em História pela FLUP. Professor do Ensino Secundário.

Legislação

O Código Eleitoral de 1913 (Lei n.º 3, de 3 de Julho) com as modificações que se lhe seguiram, nomeadamente a Lei n.º 314, de 1 de Junho de 1915, foi o principal documento legislativo regulador dos actos eleitorais da Primeira República.

Em 1925, fruto dos referidos documentos, só podiam ser eleitores os cidadãos portugueses maiores de 21 anos, residentes em território nacional, que soubessem ler e escrever e estivessem no pleno uso dos seus direitos civis e políticos. Excluía-se as mulheres, os alienados, os indigentes, os falidos, os condenados por crime de conspiração contra a República e os que, por sentença penal, estivessem privados dos seus direitos políticos.

Não bastava, porém, ter os referidos requisitos para se ser eleitor. Era necessário, também, passar por um complexo sistema de recenseamento, apresentando o potencial eleitor um documento por si escrito, cuja letra e assinatura deveriam ser reconhecidas por um notário, salvo quando, por qualquer diploma, provasse que sabia ler e escrever; nesta circunstância bastaria apenas o reconhecimento da assinatura. A este documento teria ainda de juntar-se uma certidão de idade e um atestado de residência, passados pelas entidades competentes, isto é, Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal, Administrador do Concelho, Junta de Freguesia ou Regedor. Se os documentos se destinassem exclusivamente ao recenseamento eleitoral estariam isentos do pagamento de selo e emolumentos.

Este carácter restrito do sufrágio, de bases capacitárias, limitava, pois, ainda mais, o direito de voto estabelecido pelos diplomas eleitorais de 1911 que, por sua vez, retomavam as disposições estabelecidas na Lei de 8 de Maio de 1878, expurgada, no entanto, do elemento censitário¹. Em 1925 mantinha-se o sistema de lista incompleta para permitir a representação das minorias, com excepção dos círculos que elegiam apenas um ou dois deputados. Assim, os eleitores podiam escolher dois nomes numa lista de três deputados, três numa lista de quatro e seis numa lista de oito.

Quanto aos círculos eleitorais, o Decreto n.º 5376, de 11 de Abril de 1919, repunha também o estabelecido na Lei n.º 314, de 1 de Junho de 1915, reduzindo-os de 62 para 51 (39 no continente, quatro nas ilhas adjacentes e oito nas províncias ultramarinas)².

¹ O sufrágio universal foi episodicamente instituído no consulado de Sidónio Pais pelo Decreto n.º 3907, de 11 de Março de 1918, embora limitado aos cidadãos do sexo masculino maiores de 21 anos. Este diploma seria revogado pelo Decreto n.º 5184, de 1 de Março de 1919, que repunha a legislação de 3 de Julho de 1913 e de 1 de Junho de 1915. Este último decreto concedia o direito de voto aos militares no activo, mas confirmava a exclusão dos analfabetos.

² Nas eleições suplementares de 16 de Novembro de 1913, prescritas no art. 86.º da Constituição, tal como se determinava no Decreto n.º 158, de 6 de Outubro de 1913 recorreu-se ao disposto no Decreto-lei de 5 de Abril de 1911 (nomeadamente quanto ao mapa do círculos e dos respectivos deputados a eleger), que continuava a vigorar na parte não regulada pelo dito Código Eleitoral. A lei n.º 290, de 11 de Janeiro de 1915, previa a existência de 45 círculos eleitorais (continente, 33; ilhas, 4; colónias, 8), a que correspondiam 163 deputados. O decreto n.º 1352, de 24 de Fevereiro desse ano (em pleno consulado de Pimenta de Castro) reduzia o número dos círculos para 30 (continente, 19; ilhas, 3; colónias, 8) mas mantinha o mesmo número de deputados (163). Esta legislação (que não serviu para qualquer eleição) foi revogada pela entrada em vigor da Lei n.º 314, de 1 de Junho de 1915, que aumentava o número de círculos para 51 (continente, 39; ilhas (Açores e Madeira), 4; colónias, 8), continuando, porém, a prever a eleição de 163 deputados. Pelo decreto de 30 de Março de 1918 (sidonista) mantinham-se os 51 círculos eleitorais mas o número de deputados era reduzido para 155. Nas eleições de 1919, 1921, 1922 e 1925 estiveram em disputa 163 lugares na Câmara dos Deputados (continente, 142; Açores e Madeira, 10; colónias, 11).

Com ligeiras alterações introduzidas em 1920 (Lei n.º 941, de 14 de Fevereiro), 1921 (Decreto n.º 7543, de 13 de Junho) e 1922 (Portaria n.º 3150, de 11 de Abril) foi este o enquadramento legal que presidiu às últimas eleições legislativas da Primeira República³.

Forças Políticas Concorrentes e Programas Eleitorais

Nas eleições de 8 de Novembro⁴, apresentaram candidaturas as seguintes forças políticas: Partido Republicano Português, Partido Socialista Português (PSP), Partido Republicano Radical (PRR), Esquerda Democrática (ED), Partido Republicano Nacionalista (PRN), União dos Interesses Económicos (UIE), Centro Católico Português (CCP) e Causa Monárquica (CM)⁵. Houve também, um pouco por todo o país, candidaturas independentes (algumas ditas regionalistas). Em Lisboa e Porto algumas forças políticas apresentaram-se coligadas numa ampla frente, a chamada Conjunção Republicano-Socialista (CRS). Integram-na democráticos, socialistas, nacionalistas e independentes. O seu objectivo fundamental era derrotar a Esquerda Democrática, nomeadamente em Lisboa. A UIE (embora não integrasse a coligação) deu um importante contributo para a concretização desse objectivo, ao não apresentar candidaturas na capital⁶.

O PRP, cuja cultura de poder era sobejamente conhecida, encarou a eleição como um “sacrifício”. Na verdade, segundo o seu manifesto eleitoral, o partido oferecia-se uma vez mais para desempenhar “a honrosa mas pesada tarefa” de elaborar leis e gerir os negócios públicos”. Daí, o pedido aos eleitores para que lhe dessem uma “representação parlamentar bastante numerosa”. O PRP não queria continuar “na perniciosa e precária situação” em que vinha vivendo, assumindo as responsabilidades do Poder “mercê do favor inconsistente e caro dos seus adversários”, que o levava a arcar “com o odioso de uma obra” que era, afinal, de todos.

O eleitorado tinha, pois, de escolher entre os democráticos e os seus adversários. Caso ficasse em minoria, o partido limitar-se-ia a colaborar “serenamente” nas tarefas legislativas que viabilizassem a acção governativa.

A cisão esquerdista não foi naturalmente ignorada neste manifesto. O PRP lamentava o facto, é verdade, mas afirmava ter unido fileiras, prosseguindo “impassivelmente na sua marcha para o ideal” que o inspirara, “sem abdicar dos preceitos conservadores da ordem social, uma das aspirações humanitárias de aperfeiçoamento económico e moral”.

O “primeiro mandamento” do PRP era, pois, “a defesa e o prestígio da República”. Daí o acordo com outras forças políticas “do mundo republicano e socialista”, a que se juntaram também personalidades independentes. As medidas propostas ao eleitorado, e que se enquadravam todas no seu programa partidário, eram (em resumo) as seguintes:

³ ALMEIDA, 1998: 615-719.

⁴ Nessa data ocorreram também as eleições para o Senado.

⁵ Na imprensa, a CM surge por vezes como Partido Monárquico.

⁶ Em editorial, o diário *O Século* (órgão da UIE) afirmava que esta organização decidira não concorrer às legislativas em Lisboa porque, não sendo um partido político, “não quis lançar mais uma acha na fogueira imensa que estava sendo a luta eleitoral na primeira cidade do país”. Caso apresentasse lista, “podia dar origem a uma mais que descabida especulação política” (*O Século*, 1/11/1925). Isto é, a UIE não pretendia vir a ser acusada de dividir o eleitorado conservador e, eventualmente, contribuir para uma vitória esquerdista.

1. Revisão Constitucional, com vista a melhorar a coordenação e a eficiência dos poderes do Estado;
2. Sistematização e codificação das leis administrativas, com o prévio reforço dos corpos administrativos, nomeadamente o alargamento das competências das Juntas de Paróquia;
3. Criação do Supremo Conselho Administrativo;
4. Saneamento dos serviços públicos e supressão dos serviços industriais “parasitários e ruinosos”;
5. Reforma Fiscal;
6. Regularização das contas do Estado (equilíbrio orçamental e arrumação das contas da Grande Guerra);
7. Solução do problema dos Tabacos (adopção da *régie*, isto é, da administração autónoma do Estado);
8. Medidas de fomento (reparação e conclusão da rede das estradas; obras hidráulicas; aproveitamento dos carvões nacionais; construção de um porto de pesca);
9. Intervenção no Ultramar (resolução da crise monetária e bancária das colónias; criação de condições para a fixação da “raça branca” em zonas mais favoráveis);
10. Reorganização das Forças Armadas;
11. Remodelação dos serviços e institutos de Instrução. Obrigatoriedade do Ensino Primário. Criação e desenvolvimento da assistência escolar.

O manifesto, tal como era costume entre os democráticos, terminava com um ataque aos monárquicos e à Igreja. O PRP não queria deixar aos esquerdistas um “património” que era muito caro às suas bases. Eis o seu teor:

“Para a República viver em calma e poder trabalhar eficazmente pela felicidade do país é indispensável arrear os estorvos que lhe embargam o caminho. É indispensável vencer, subjugar, esmagar de vez a hidra da reacção monárquica-clerical que ainda tenta levantar a cabeça”⁷.

O Partido Socialista apresentou-se em poucos círculos⁸. Em Lisboa e Porto integrou a Conjunção Republicano-Socialista. Era, então, um pequeno grupo sem força e sem grande prestígio. Que, além disso, se encontrava dividido entre os que consideravam que o partido devia ir sozinho às eleições ou coligado com outras forças políticas, nomeadamente com o PRP. Venceu a tese dos segundos, já que, à partida, havia a garantia da eleição de dois deputados (como, de facto, aconteceu). Para o PRP, o “negócio” também não era mau, já que a presença dos socialistas dava à coligação um ar de esquerda, que lhe seria útil para o combate com os *canhotos*. Nestas circunstâncias, o programa do PSP era absolutamente irrelevante. A confirmá-lo está a declaração de Amâncio Alpoim, candidato socialista em Lisboa, que, parafraseando Clemenceau, resumia assim o seu programa: “Não tenho mais nada em que pensar. Faço a guerra aos monárquicos”⁹.

Também o Partido Republicano Nacionalista integrou a CRS em Lisboa e Porto. Apesar de ser, paradoxalmente, a principal força política que se opunha aos democráticos. No seu manifesto eleitoral dizia não fazer promessas que não poderia cumprir. Pretendia cortar com o passado; daí

⁷ *O Rebate*, 5/11/1925, p. 1.

⁸ Porto, Tomar, Lisboa, Torres Vedras e Faro.

⁹ *Diário de Notícias*, 8/11/1925, p. 1.

dizer-se representante de “um espírito novo, novos ideais, novos processos, e, sobretudo, uma moral política nova”. Votar no PRN significava, pois, “votar pela ordem contra a desordem; pela legalidade contra o arbítrio; pela paz civil contra a ameaça revolucionária; pelo princípio e autoridade contra a anarquia do poder”.

Rejeitando os extremismos, fossem eles da esquerda ou da direita, o PRN procurava situar-se ao centro. As suas propostas reflectiam bem essa pretensão, nomeadamente as que respeitavam à Igreja, às “forças vivas” e ao operariado. Assim, o PRN comprometia-se a tomar a iniciativa de uma revisão constitucional, de modo “a tornar efectiva a liberdade das religiões, especialmente da religião católica”. A rigorosa neutralidade do Estado laico não colidiria, pois, com a permissão do ensino religioso nas escolas particulares. Estas medidas seriam, porém, acompanhadas por outras alterações que visavam o fortalecimento do poder civil.

A legislação fiscal seria imediatamente revista, no sentido a torná-la mais justa e equitativa, de modo a desonerar a agricultura, a indústria e o comércio. Seriam tomadas também medidas que facilitassem as cobranças e assegurassem ao contribuinte o direito de reclamação. O PRN, em suma, pretendia que ninguém fosse obrigado a pagar ao Estado mais do que aquilo que legitimamente devesse pagar-lhe.

A legislação laboral (prometiam ainda os nacionalistas) seria também objecto de remodelação, “em bases modernas e justas”. Como produtor de riqueza, o operariado devia merecer toda a consideração, sendo, pois, necessária a sua colaboração “na vida do Estado”.

Valores tradicionais, muitos caros aos eleitores mais conservadores, tais como o primado da ordem, o civismo, a família, o culto das virtudes nacionais, a propriedade privada e a valorização do império colonial, constavam igualmente do manifesto nacionalista.

Os programas da direita (ou direitas), isto é, da União dos Interesses Económicos, Centro Católico Português e Causa Monárquica, tinham, naturalmente, pontos em comum. Sobre eles se referiu, em editorial, Fernando de Souza (Nemo), director do jornal *A Época*. Assim, a UIE, que restringia a sua acção ao campo administrativo, financeiro e económico, pretendia travar “o declive para a desordem nas finanças” e “a tributação insensata”, que estancava os recursos da nação, bem como “a desordem” e as “incompetências administrativas” que esterilizavam a actividade dos que trabalhavam¹⁰. Por sua vez, o CCP pugnava pelas “liberdades da Igreja”. Abstraindo-se “das modalidades do problema político”, o CCP era “sobranceiro às questões de partido e formas de governo”. O seu pragmatismo obrigava-o, pois, a “conservar neutros os seus aderentes”¹¹. Finalmente, a CM, que encarava “o problema nacional íntegro em toda a

¹⁰ Em manifesto dirigido aos eleitores do círculo n.º 25 (Santarém), o candidato Carlos José de Oliveira, director da Associação Comercial de Lisboa, prometia alterar o sistema tributário e revogar as leis relativas à selagem de bebidas engarrafadas e às de perfumarias. Prometia ainda lutar pela redução das despesas públicas, equilíbrio orçamental, reparação de estradas, assistência social e instrução para todos. Daria especial atenção aos problemas que afectavam as classes industrial, comercial e agrícola (*O Século*, 7/11/1925, p. 1).

¹¹ O “programa mínimo” do Centro Católico Português contemplava nove pontos: 1.º Entrega, à Igreja, dos seus bens móveis e imóveis que estavam em poder do Estado e dos corpos administrativos; 2.º Livre organização de culto; 3.º Liberdade de ensino religioso em escolas particulares; 4.º Liberdade de associação religiosa; 5.º Auxílio às missões católicas no ultramar; 6.º Supressão da obrigatoriedade do registo civil para o baptismo. Reconhecimento do casamento religioso. Restituição, à Igreja, dos cartórios paroquiais; 7.º Dotação orçamental para os serviços de capelania; 8.º Abolição das penas de expulsão por motivos religiosos; 9.º Revogação de preceitos vexatórios e ofensivos da liberdade de consciência que figuravam em diferentes leis (*Correio da Manhã*, 5/11/1925, p. 1).

sua complexidade”. Segundo Nemo, os monárquicos faziam suas “as reivindicações católicas do Centro” e “as reclamações económicas e financeiras “ da UIE¹².

No campo oposto a todas estas forças encontravam-se o Partido Republicano Radical e a Esquerda Democrática. O mais natural seria que tivessem concorrido em coligação. Incompatibilidades pessoais (nomeadamente no Porto) inviabilizaram, porém, essa possibilidade.

Raul Tamagnini Barbosa, candidato pelo círculo do Porto, resumia desta forma os aspectos do programa eleitoral dos radicais que considera prioritários: lei da responsabilidade ministerial efectiva, revogação dos mandatos de deputados e senadores (sempre que estes mudassem de partido), reparação das estradas, descentralização dos serviços públicos, protecção estatal às pequenas indústrias e defesa do funcionalismo¹³.

Por sua vez, a Esquerda Democrática (no seu manifesto “À Nação”) dizia lutar por “uma democracia verdadeira”, sem monopólios, com uma imprensa livre e honrada, reforma bancária mais aperfeiçoada, exploração rural com processos mais desenvolvidos (retomando a “justa divisão” das terras incultas), colonização de Angola e Moçambique “com elementos da nossa raça”, multiplicando e desenvolvendo as instituições de cooperação, solidariedade e assistência, democratizando a educação, adaptando as forças armadas “aos seus fins nacionais”.

Tal como os nacionalistas, também os esquerdistas diziam que a escolha era clara: enquanto as direitas se batiam pela consolidação da “soberania dos potentados”, a que pertenciam, os esquerdistas procuravam “a falange inumerável dos pequenos”, rejeitando a República que fosse “apanágio duma nova fidalguia de latrocínio”. A Esquerda Democrática era, em suma, “conjuntamente pela Democracia e pela Nação contra todas as reacções e oligarquias”¹⁴.

Um jornal comunista, *A Internacional*, ligado à Internacional Socorro Vermelho (ISV), considerava que “a acção parlamentar desenvolvida com objectivos proletários e revolucionários”, prestava-se “a acelerar a queda do capitalismo”. No entender deste jornal havia “situações parlamentares” que podiam “produzir efeitos mais revolucionários que muitas greves”. Daí a acção parlamentar dever “ter por objectivo a agitação e a propaganda contra o capitalismo”. Sendo o PCP “um partido operário revolucionário”, os partidários da ISV votavam, pois, “naturalmente com ele”¹⁵.

Apesar desta opinião, para grande parte dos comunistas o acto eleitoral era “apenas um acidente de campanha”, que, podendo ter maior ou menor “influência”, não dispensava “a batalha definitiva”, isto é, “o acto insurreccional, a tomada de poder pelos meios revolucionários”. A

¹² *A Época*, 6/11/1925, p. 1.

¹³ *Diário de Notícias*, 8/11/1925, p. 2.

¹⁴ *A Tribuna*, 18/10/1925, p. 1. No dia do acto eleitoral, José Domingues dos Santos resumia no *Diário de Notícias* as propostas da ED, que visavam a realização de “uma obra profundamente democrática, uma obra de moralização e progresso, dando o máximo de liberdades”. No plano concreto das realizações, a ED pretendia conseguir o equilíbrio orçamental, combater os monopólios, aproveitar os incultos e os baldios, instituir a escola única, prestar assistência aos operários na velhice, combater a desnacionalização das colónias e repudiar o predomínio de castas e classes, reconhecendo a todos iguais direitos e obrigações perante a lei. Do governo que havia liderado, seriam recuperadas várias propostas: *habeas-corpus*, reforma tributária, reforma bancária, aproveitamento das fontes de riqueza e recuperação das estradas. Em resumo, o programa esquerdistas visava “dar ao país uma República bem democrática” que não fosse “governada por oligarquias”. A base ideológica desse programa (concluía José Domingues dos Santos) era a mesma que sintetizara o seu governo: “Liberdade, Pão e Educação” (*Diário de Notícias*, 8/11/1925, p. 1).

¹⁵ *A Internacional*, 17/10/1925, p. 1.

recusa, no Parlamento, do programa do partido provaria “a insuficiência da acção parlamentar e a indispensabilidade da pressão exterior e da insurreição”. Daí que o PCP, apesar de não acreditar “nas virtudes pregadas da democracia formalista”, exercida por organismos que nada tinham de populares e que apenas serviam “para acentuar cada vez mais o predomínio da burguesia exploradora”, tenha decidido apresentar-se a votos, coligado com a Esquerda Democrática, em Lisboa e em Beja. No seu programa, o PCP defendia:

1. A incompatibilidade do exercício das funções públicas com cargos ligados à banca e às grandes companhias;
2. As nacionalizações, nomeadamente nos serviços e nos sectores de produção (incluindo a propriedade latifundiária);
3. O monopólio do Estado no comércio externo das matérias-primas industriais e das substâncias alimentares;
4. A redução das taxas aduaneiras sobre os bens de primeira necessidade;
5. O estabelecimento do salário mínimo;
6. O subsídio de desemprego equivalente a 30% do salário regular;
7. A abertura de trabalhos públicos extraordinários como forma de combater o desemprego;
8. A concessão de crédito a pequenos agricultores, industriais e cooperativas de consumo;
9. A criação de um organismo popular (subsidiado pelo Estado) com o fim de erradicar o analfabetismo;
10. A criação de condições práticas para o ensino obrigatório;
11. A remodelação do ensino;
12. A garantia de assistência médica e farmacêutica, de vestuário e alimentação;
13. A organização do seguro social, contemplando a maternidade, a infância, a velhice e a invalidez¹⁶.

À margem do acto eleitoral mantinham-se os anarquistas e os anarco-sindicalistas. Em comunicado, o “comité” nacional da União Anarquista Portuguesa aconselhava o operariado a ficar em casa¹⁷. Também a Confederação Geral do Trabalho (CGT) fazia apelo à abstenção. Em nota oficiosa, o Comité Confederal reafirmava a existência de “um antagonismo formal entre o Sindicalismo e o Parlamentarismo”. Daí que “qualquer manifestação favorável aos actos políticos eleitorais por parte dos trabalhadores conscientes” representasse “uma transigência e uma abdicação”. A CGT não influiria, pois, “nem a favor de gregos nem a favor de troianos”¹⁸.

Acordos Eleitorais

Fenómeno comum nas eleições durante a República e fortemente penalizador da imagem que a população tinha do Parlamento, os acordos eleitorais foram novamente uma realidade de norte a sul do país em 1925.

¹⁶ *O Comunista*, Lisboa, 28/3/1925, p. 1 (com repetição em 8/11/1925, p. 2). O programa eleitoral do PCP seria também publicado em *O Trabalhador Rural* (24/10/1925, p. 1).

¹⁷ *Diário de Notícias*, 4/11/1925, p. 1.

¹⁸ *A Batalha*, 4/11/1925, p. 1.

Nas vésperas do acto eleitoral, como podia ler-se no *Diário de Lisboa*, ainda se ultimavam “combinações”. Mesmo os adversários mais irreductíveis chegavam “às boas” e entravam em acordos surpreendentes. Como por artes mágicas, acrescentava esse jornal, as “regras” e os “princípios estabelecidos” haviam desaparecido¹⁹.

Contra os acordos insurgia-se alguma imprensa, considerando-os “uma deturpação do sistema representativo”, já que, de forma geral, significavam “uma partilha de votos entre caciques, com inteiro desprezo do sentir dos eleitores”²⁰. Desses acordos resultava, na prática, a nomeação e não a eleição dos deputados.

Em Vila Nova de Famalicão (por exemplo), o acordo estabelecido entre as várias forças políticas concorrentes foi divulgado em pormenor pela imprensa: nacionalistas - 1500 votos; católicos - 1250; democráticos - 2000; radicais - 700; monárquicos - 600 e UIE - 700. Segundo o diário *O Século*, esse acordo não traduzia “as correntes do concelho”²¹. Outros acordos minhotos são conhecidos, nomeadamente em Ponte da Barca²² e em Guimarães. Deste último conserva-se, aliás, a respectiva acta, assinada pelos representantes das várias forças aí concorrentes: Partido Republicano Português, Partido Nacionalista, Partido Radical, União dos Interesses Económicos, Centro Católico e Partido Monárquico²³.

Sem adiantar números, a imprensa dá notícias de outros acordos, nomeadamente em Aguiar da Beira, Alijó, Aveiro (Pardelhas, Bunheiro e Veiros), Barcelos, Braga (em freguesias rurais), Canas de Senhorim, Carraceda de Ansiães, Celorico da Beira, Celorico de Basto, Cinfães, Covilhã (Silvares e Teixoso), Fafe, Foz Côa, Idanha-a-Nova, Mação, Mirandela, Monção, Moncorvo, Mortágua, Ponte da Barca, Sernancelhe, Tabuaço, Vidago, Vila Pouca de Aguiar, Vila Verde e Vouzela. Em Vila Velha de Ródão, o acordo seria firmado após terem entrado muitas listas nas urnas.

Nem todos os candidatos, porém, os aceitavam. Sabe-se da existência de um caso. Trata-se de Lopes de Oliveira, do Partido Republicano Radical, que denunciou o acordo entre monárquicos, democráticos e nacionalistas “na quase totalidade dos concelhos” do distrito de Viseu. Dizia terem combinado “uns com os outros as descargas nos cadernos, sem reunir sequer as assembleias”. Daí recusar a sua eleição, demarcando-se desses acordos que classifica de “infâmias”²⁴.

Os esquerdistas seriam igualmente acusados (por um jornal de Almada) de alianças “contra-natura” com monárquicos, nomeadamente em Cabeceiras de Basto, Penafiel e Anadia²⁵. A acusação, porém, não tinha fundamento, nomeadamente em Cabeceiras de Basto e Anadia, que pertenciam a dois círculos (Guimarães e Aveiro) onde a ED nem sequer concorreu.

¹⁹ *Diário de Lisboa*, 7/11/1925, p. 1.

²⁰ *A Região Flaviense*, 12/11/1925, p. 1.

²¹ *O Século*, 8/11/1925, p. 2.

²² *O Século*, 9/11/1925, p. 2.

²³ AMAP, Espólio de Mariano Felgueiras, Pasta 1, n.º 17117.

²⁴ *O Século*, 10/11/1925, p. 2. A divulgação desta carta de Lopes de Oliveira levaria um eleitor de Mangualde a juntar o seu protesto ao daquele candidato radical. Em carta dirigida ao presidente do Ministério, Virgílio Marques denunciava “os vergonhosos acordos, uns encapotadamente e outros às claras, levados a efeito em quase todos os concelhos do círculo, preterindo candidatos e obstando a que os cidadãos eleitores pudessem livremente usar dos seus direitos” (*O Mundo*, 20/11/1925, p. 2).

²⁵ *O Despertar*, 5/11/1925, p. 2.

Posteriormente às eleições, José Domingues dos Santos confirmará ter feito acordos com elementos do PRP em moldes bem diferentes dos habituais. Segundo o líder esquerdista, seis deputados eleitos nas listas do PRP haviam-se comprometido a mudar de bancada, juntando-se à ED após as eleições²⁶.

Os acordos eleitorais, como afirmava o semanário monárquico de Famalicão, *A Paz*, representavam sempre “uma grande imoralidade”. Quem os subscrevia dava uma “formidável navalhada nos direitos do cidadão”²⁷. O acordo praticado nesta terra (ignorado por outro semanário local, *Estrela do Minho*) seria alvo de um dos mais violentos ataques feitos pela imprensa regional. Em editorial intitulado “A vergonha dos políticos ou os políticos sem vergonha”, dizia-se:

“O que se acaba de passar neste desgraçado país no capítulo das eleições é de tal maneira vergonhoso e baixo, que supomos estar na derradeira hora o regímen que de tais vergonhas lança mão.

Nunca uma donzela de 15 anos, como esta República, chegou a tal grau de prostituição e torpeza.

Guerreou-se a monarquia porque a monarquia cometia erros e as eleições não eram expressão da vontade popular. E nos comícios gritou-se ao povo que ele era soberano e que em regímen republicano – o governo do povo pelo povo – esse povo é que livremente escolheria os seus delegados e os seus governantes.

E aqui, como em muitas outras terras, meia dúzia de criaturas, reunidas na administração do concelho, pegou num papel e num lápis, e em face do número de eleitores inscritos, escreveu: tantos para nós, tantos para vocês, tantos para aqueles e tantos para aqueloutros. Nem sequer houve este rudimentar cuidado de deixar alguns votos de fora a fingir de abstencionistas. Nunca, em nenhuma eleição, deixou de haver abstenções.

Só em Famalicão é que não. Não faltou ninguém. Não estava nesse dia um eleitor doente. Não se ausentou ninguém das suas terras. Não houve um só indiferente, nem um único com o nome trocado. Nada. Tudo votou – tudo – sem uma lista, sem uma chamada, sem uma presença. [...]

Acabem, senhores, com este espectáculo vergonhoso. Nunca mais eleições que são uma mentira – porque só é eleito quem não tiver votos, porque só é eleito quem o governo quer.

Vergonha! Vergonha! Vergonha!”²⁸

Actos eleitorais

Em 1925, a população total masculina (maior de 21 anos) era de 2 855 818 indivíduos. Destes, tinham direito ao recenseamento apenas 680 707 (23,8%). Mas só se encontravam recenseados 574 260 (20,1%). Nas eleições de 8 de Novembro, os votantes foram em número ainda inferior: 407 960 (14,2%)²⁹. Atendendo ao número de recenseados, a afluência às urnas

²⁶ *Diário de Lisboa*, 21/11/1925, p. 5.

²⁷ *A Paz*, 14/11/1925, p. 1.

²⁸ *A Paz*, 21/11/1925, p. 1.

²⁹ MARQUES, s/d.: 610.

foi, porém, significativa (71%). Em Amarante, por exemplo, o semanário *Flor do Tâmega* afirma ter sido o acto eleitoral mais concorrido desde 1911³⁰; em Setúbal, um jornal local dizia também ter havido uma votação “muito” superior a anteriores actos eleitorais³¹. Houve, no entanto, algumas excepções: foi o caso de Palmela, de Sátão (onde a indiferença foi praticamente geral, só funcionando a assembleia de Ferreira das Aves) e Vilar Formoso, neste caso devido à chuva torrencial³².

No Porto, foi também grande a concorrência às urnas. Em carta dirigida ao Presidente da República, o governador civil, João Evangelista de Meneses Pinheiro, afirmava que o acto eleitoral “se distinguiu pela nunca igualada concorrência às urnas e mais perfeita ordem”³³.

Se era grande a expectativa quanto aos resultados, não era menor a curiosidade em saber se os actos eleitorais decorreriam de forma livre, imparcial e ordeira. “Severíssimas providências” (segundo Domingos Pereira, presidente do Ministério) haviam sido tomadas para que assim acontecesse³⁴. Se foram tomadas, não deram, porém, os resultados pretendidos.

De facto, em Lisboa, um grupo de desordeiros (que se fazia transportar numa camioneta) andou de assembleia em assembleia a espalhar o pânico e a violência. No círculo oriental, registaram-se distúrbios nas 10.^a e 11.^a secções dos Anjos, que funcionavam na Escola n.º 26, na rua do Benfornoso. O acto eleitoral foi anulado por terem sido rasgadas as listas monárquicas. O autor da proeza terá sido um agente da Polícia da Segurança do Estado³⁵. Situações idênticas foram registadas na 2.^a e 3.^a secções de Arroios, no Centro Afonso Costa, em que a urna foi quebrada e se perderam as listas³⁶.

No círculo ocidental os tumultos foram também muitos, e graves. Na secção de voto do Conservatório, nas Mercês, após o apuramento das listas para deputados, alguns indivíduos munidos de cavalo-marinho roubaram uma das urnas, impedindo assim o prosseguimento dos trabalhos. Na assembleia da Charneca e Ameixoeira, os cadernos e a urna foram roubados por um eleitor, de seu nome Veloso; a meio da tarde, recuperaram-se os cadernos e a urna, sendo então realizada a eleição, cujo resultado (maioria para os radicais) levantaria fortes suspeitas de fraude³⁷.

Em três secções de voto de Santa Isabel (na Escola Machado de Castro) distribuiu-se “pancadaria a torto e a direito”. Houve tiros, bengaladas e algumas cabeças partidas: Urnas, mobiliário, cadernos, listas, impressos”, tudo foi espalhado pelo chão, feito em pedaços. Só uma urna escapou. Na 1.^a e 2.^a secções de S. Mamede (Escola Politécnica), o “chinfrim” começou logo que se iniciou a redacção das actas. Na confusão gerada, houve tiros e bengaladas. Segundo relatos da imprensa, nada escapou: “nem urnas, nem listas, nem mobília, nem editais, nem nada. Os desordeiros inutilizaram tudo quanto encontraram”³⁸.

³⁰ *Flor do Tâmega*, 15/11/1925, p. 1.

³¹ *O Setubalense*, 9/11/1925, p. 1.

³² *O Século*, 9/11/1925, p. 2.

³³ *O Século*, 10/11/1925, p. 2.

³⁴ *Diário De Lisboa*, 7/11/1925, p. 1.

³⁵ *Diário de Lisboa*, 8/11/1925, p. 8 e *O Século*, 9/11/1925, p. 1.

³⁶ *Diário de Lisboa*, 8/11/1925, p. 8.

³⁷ *Diário de Lisboa*, 8/11/1925, p. 8.

³⁸ *Diário de Notícias*, 9/11/1925, p. 2.

No resto do país, são também inúmeros os registos de incidentes e irregularidades. Em Vagos, por exemplo, as eleições realizaram-se na véspera³⁹. Mas houve muito mais.

Por falta de eleitores, não se constituíram as mesas em algumas assembleias, casos de Lorvão e Vale de Cinta (Cartaxo). Em Loivos, concelho de Baião, a situação repetiu-se por falta dos cadernos eleitorais. Por este motivo, também em Lavos e Maiorca, do concelho da Figueira da Foz, não haveria eleições. Em Montemor-o-Novo, faltaram o presidente e o vice-presidente da mesa. Em Estremoz, devido ao assalto à assembleia eleitoral, as listas foram inutilizadas⁴⁰.

Na assembleia de Vila Nova de Cerveira, o acto eleitoral não se realizou pelo facto de o presidente da mesa ter sido raptado e se ter dado o desaparecimento dos restantes membros da mesa⁴¹.

Em Alvaiázere, o presidente da mesa não compareceu nem enviou os documentos para o seu substituto. Em Armamar houve duas eleições: uma no edifício dos Paços do Concelho (em reconstrução) em cujas listas apareciam os nomes de Paiva Gomes e António Sousa Tudela, do PRP; outra, na casa da Câmara, cujas listas apresentavam os nomes de Alfredo Pinto Azevedo Sousa e Adriano Gomes Pimenta (ambos também do PRP) e Afonso Melo Pinto Veloso, do PRN⁴².

Em Murtosa (Estarreja) não houve eleição. As actas foram lavradas “dando 975 descargas” a favor do candidato democrático. Na freguesia de Sousa (Felgueiras) houve “grave desordem”, de que resultaram “graves ferimentos”. Em Aguçadoura (Póvoa de Varzim), houve igualmente um conflito sério, com facadas à mistura. Os agressores não foram presos. Em Leça da Palmeira (embora sem consequências de maior) houve um “atentado dinamitista”⁴³.

Apesar deste panorama, o *Diário de Notícias* procurou desvalorizar os acontecimentos, ao escrever:

“Houve atropelos, mas não correu sangue; houve cometimentos que são atentados imperdoáveis à liberdade, mas não morreu ninguém; cometeram-se delitos que são a negação do civismo, mas não se praticaram crimes dos que soem epilagar-se na cadeia e na morgue”⁴⁴.

Embora o presidente do Ministério e altos dirigentes do PRP (caso de Vitorino Guimarães) tenham considerado que as eleições haviam sido realizadas de forma imparcial⁴⁵, o certo é que, de uma forma geral, todas as formações políticas apresentaram protestos; até mesmo o PRP (que as venceu folgadoamente e em quem recaía grande parte das suspeitas) se queixou de que em Lamego, à mão armada, não haviam deixado votar os delegados de um seu candidato. Paiva Gomes (o candidato em causa) denunciaria repetidamente que não houvera votações em seis assembleias de Lamego⁴⁶.

As situações irregulares e fraudulentas continuariam a verificar-se após o fecho das urnas. Alguns exemplos: em Veiros, concelho de Estarreja, as actas foram falsificadas, havendo alterações

³⁹ *Novidades*, 9/11/1925, p. 1.

⁴⁰ *O Século*, 9/11/1925, p. 4.

⁴¹ *O Século*, 10/11/1925, p. 2.

⁴² *O Século*, 10/11/1925, p. 6.

⁴³ *Novidades*, 11/11/1925, p. 4.

⁴⁴ *Diário de Notícias*, 9/11/1925, p. 1.

⁴⁵ *Diário de Notícias*, 9/11/1925, p. 1.

⁴⁶ *A Tribuna*, 12/11/1925, p. 1.

ao número de votos. Desapareceu o nome de um dos candidatos, Costa Ferreira, substituído pelo de Manuel Alegre⁴⁷. No círculo n.º 23 (Leiria), houve também falsificação de actas, nomeadamente em Ortigosa, em prejuízo do monárquico Afonso Lucas e do nacionalista Júlio Dantas. Nessa assembleia, um assistente esteve a ser preso por classificar de roubalheira o que se estava a passar⁴⁸.

Em Arganil, houve protestos contra o facto de a mesa da assembleia de apuramento contar os votos de 201 listas que haviam sido anuladas na assembleia primária de Serpins. Nesse mesmo círculo, Francisco José da Costa Ramos, procurador do candidato esquerdista Abel Augusto Lopes de Almeida, apresentaria um protesto contra a elegibilidade do candidato nacionalista José Maria Cardoso, por este ser inspector do notariado da circunscrição que abrangia esse círculo⁴⁹.

Em Lisboa, no círculo n.º 27, foram apresentados protestos de vários eleitores contra o facto de a assembleia de apuramento não tomar em consideração os casos ocorridos numa secção dos Anjos e em três de Arroios, “onde foram violentamente inutilizados os trabalhos individuais”⁵⁰. Ainda em Lisboa, segundo *O Século*, não foram entregues os documentos das 2.ª e 4.ª assembleias de Camões, 2.ª e 3.ª de S. Mamede e 4.ª, 5.ª e 6.ª de Santa Isabel. Em Azeitão, os cadernos registaram 145 descargas; na acta, porém, dizia-se terem sido contadas 249 listas, sendo que o número de eleitores era apenas de 240. O presidente da 5.ª mesa abandonaria os trabalhos por “não se prestar a falcatruas”⁵¹.

Um dos mais artigos mais violentos contra esta “tragicomédia eleitoral” foi publicado no diário *A Época*. Segundo o seu director, eram cinco os actos que caracterizavam a “suja cozinha eleitoral”:

- 1.º - “recenseamentos falseados com exclusão fraudulenta dos adversários”;
- 2.º - “reclamações impossibilitadas cinicamente”;
- 3.º - “vários artificios eleitorais, desde a chapelada e o assalto até à intimidação e à violência”;
- 4.º - “falsificação de actas e manigâncias no apuramento”;
- 5.º - “verificação de poderes por comissões de politicantes, que são juízes em causa própria”⁵².

Não se pense que esta opinião era exclusiva da imprensa conservadora. Do lado contrário também se ouviam vozes a denunciar as violências eleitorais e o arbítrio das várias comissões que intervinham no processo. O diário *O Mundo* era disso exemplo, ao escrever:

“As comissões são as muletas das maiorias, as muletas dos partidos, que não tendo ou possuindo força eleitoral, delas se servem para fazer eleger os deputados, os seus amigos, os protegidos, aqueles que os partidos impõem à nação, desafiando-a! Depois dos escândalos, dos crimes que se cometem nas assembleias primárias e nas comissões de apuramento, restam as comissões de verificação de poderes, que coroam a obra iniciada nas assembleias primárias

⁴⁷ *O Século*, 16/11/1925, p. 2.

⁴⁸ *O Século*, 16/11/1925, p. 2.

⁴⁹ AHP, S. IX, Cx.429.

⁵⁰ AHP, S. IX, Cx 438.

⁵¹ *O Século*, 16/11/1925, p. 2.

⁵² *A Época*, 9/11/1925, p. 1.

pelos caciques locais! Depois das chapeladas, dos cadernos viciados, dos *trucs* eleitorais, mais ou menos conhecidos, de actas das comissões de apuramento, as actas das comissões de verificação de poderes! Depois do roubo, o crime; depois do roubo, o escândalo; depois do roubo, o elogio desse roubo!”⁵³.

Dos casos que fizeram correr muita tinta nos jornais, alguns envolveram candidatos esquerdistas, nomeadamente em Santo Tirso, Torres Vedras e Évora. Para um semanário de Vila do Conde, “a infâmia de Santo Tirso”, que pôs em causa a eleição de Crispiniano da Fonseca, fora “a mais revoltante e indecorosa de tantas que se fizeram por esse país fora”⁵⁴.

No círculo de Torres Vedras, as situações fraudulentas, segundo alguma imprensa, fizeram com que os candidatos esquerdistas Henrique Hermínio Branco e Cortês dos Santos fossem ultrapassados pelo democrático Raul Marques Caldeira e pelo nacionalista Mariano de Melo Vieira⁵⁵.

Em Évora, a eleição de Luís António Guerreiro Júnior, confirmada pela própria assembleia de apuramento, acabaria por ser invalidada por alegadas irregularidades na contagem de votos em Portel. Para o jornal *O Mundo*, tratou-se, isso sim, de uma “conspiração preparada e engendrada pelo mestre revolucionário, sr. António Maria da Silva, chefe dos bonzos, acolitado pelo deputado sr. António Dias”⁵⁶. Repetido o acto eleitoral (em 28 de Fevereiro de 1926), o democrático Manuel Fragoso acabaria por ser proclamado eleito⁵⁷.

Caso mediático foi também o do monárquico Luís Lopes Vieira de Castro, eleito pelo círculo do Funchal. Apesar de ter sido (de longe) o candidato mais votado, a sua eleição não chegou a ser validada, alegadamente por terem entrado listas com o seu nome incompleto (cerca de 100), situação semelhante à que ocorreu com os candidatos eleitos Manuel Alegre (Aveiro) e Crispiniano da Fonseca (Santo Tirso). Os verdadeiros motivos, porém, eram outros: a campanha contra as instituições republicanas que Vieira de Castro promoveu no *Jornal da Madeira* e, sobretudo, a tentativa de o PRP levar ao Parlamento o seu candidato (derrotado nas urnas) Américo Olavo Correia de Azevedo, como denunciariam, em várias intervenções, os deputados monárquicos António Cabral e Carvalho da Silva. Embora o nome de Vieira de Castro surja repetidamente como faltoso no *Diário da Câmara dos Deputados* (até 24 de Março de 1926), não chegaria a tomar assento no Parlamento da República.

Resultados

Nos dias anteriores às eleições, a imprensa fazia eco da grande expectativa que se vivia nos mais diversos sectores políticos. O *Diário de Notícias* dizia que a luta ia ser renhida. Para além dos dois grandes partidos constitucionais (PRP e PRN) outras forças se apresentavam, situação que fez disparar o número de candidatos. As rivalidades aconteciam no interior das próprias forças

⁵³ *O Mundo*, 16/12/1925, p. 1.

⁵⁴ *O Democrático*, 21/11/1925, p. 1.

⁵⁵ Vejam-se, por exemplo, os jornais *O 31* e *Marte*, edições de 15/11/1925.

⁵⁶ *O Mundo*, 16/12/1925, p. 1.

⁵⁷ *Diário do Governo*, n.º 85, 2.ª Série, 12/4/1926, p. 1206.

concorrentes, situação que levou à apresentação de candidaturas paralelas. Daí, dizia ainda o referido jornal, ser difícil antecipar a resposta das urnas.

Mas o grande interesse das eleições (ainda segundo o *Diário de Notícias*) residia na luta entre a direita e a esquerda democrática”. O PRP (continuava o jornal) empregava todos os esforços para que fossem caucionadas nas urnas as irradiações dos *canhotos*, fechando-lhes, assim, “a arena parlamentar”. A ED, por sua vez, sabia que do resultado do voto dependeria o seu futuro político⁵⁸.

Se tomarmos como certo o raciocínio do *Diário de Notícias*, os resultados deram razão aos *bonzos* e penalizaram fortemente os *canhotos*. De facto, dos 163 deputados eleitos, 83 apresentaram-se pelo PRP⁵⁹ e apenas seis pela ED. O PRP, coligado com socialistas, nacionalistas e independentes venceu nos dois círculos de Lisboa e no círculo do Porto. Sozinho, venceu em 26 círculos (24 do continente⁶⁰ e dois do ultramar⁶¹). Em dois círculos do continente foi também o mais votado mas não teve a maioria dos mandatos⁶². Nas ilhas (círculo do Funchal) houve igualmente uma vitória democrática. A lista, porém, não foi a que o PRP patrocinou oficialmente mas, sim, uma lista “rebelde” desse mesmo partido. Em 11 círculos, o PRP registou um empate com as outras forças concorrentes⁶³. No continente só não elegeu deputados no círculo de Elvas. Por sua vez, a Esquerda Democrática elegeu os seus deputados em apenas quatro círculos⁶⁴. Em dois deles (um no continente e outro no ultramar) obtiveram um empate⁶⁵.

O PRN foi a segunda força política mais votada. Conseguiu 33 deputados em 30 círculos⁶⁶; teve as maiorias em três⁶⁷ e empatou em sete⁶⁸. As outras forças políticas tiveram resultados modestos. Os monárquicos elegeram oito deputados em sete círculos⁶⁹. Em dois deles obtiveram um empate⁷⁰. Os católicos conseguiram apenas quatro⁷¹. Num dos círculos registaram um empate⁷². Quatro foram também os deputados eleitos pela União dos Interesses Económicos⁷³, que empatou em dois círculos⁷⁴. Beneficiando da coligação com outras forças políticas, os socialistas elegeram

⁵⁸ *Diário de Notícias*, 6/11/1925, p. 2.

⁵⁹ Destes, oito integraram a Conjunção Republicano-Socialista (círculos de Lisboa e Porto).

⁶⁰ Viana do Castelo, Braga, Chaves, Bragança, Moncorvo, Penafiel, Vila Nova de Gaia, Aveiro, Oliveira de Azeméis, Viseu, Lamego, Guarda, Gouveia, Covilhã, Leiria, Alcobaça, Santarém, Portalegre, Aljustrel, Faro e Silves.

⁶¹ Guiné e Timor.

⁶² Coimbra e Tomar.

⁶³ Ponte de Lima, Vila Real, Santo Tirso, Arganil, Castelo Branco, Vila Franca de Xira, Torres Vedras, Évora, Estremoz, Cabo Verde e Moçambique.

⁶⁴ Porto (2), Santo Tirso, Lisboa Oriental (2) e Cabo Verde.

⁶⁵ Santo Tirso e Cabo Verde.

⁶⁶ Viana do Castelo, Guimarães, Vila Real, Chaves, Bragança, Moncorvo, Porto, Penafiel, Vila Nova de Gaia, Oliveira de Azeméis, Viseu, Lamego, Coimbra, Castelo Branco, Alcobaça, Santarém, Tomar, Lisboa Oriental, Lisboa Ocidental, Setúbal, Vila Franca de Xira, Torres Vedras, Elvas, Évora, Estremoz, Beja, Aljustrel, Silves, Angra do Heroísmo e Funchal.

⁶⁷ Setúbal, Beja e Angra do Heroísmo.

⁶⁸ Vila Real, Castelo Branco, Vila Franca de Xira, Torres Vedras, Elvas, Évora e Estremoz.

⁶⁹ Aveiro, Arganil, Covilhã, Lisboa Ocidental (2), Torres Vedras, Elvas e Funchal.

⁷⁰ Arganil, Torres Vedras e Elvas.

⁷¹ Ponte de Lima, Braga, Guarda e Tomar.

⁷² Ponte de Lima.

⁷³ Portalegre, Elvas, Évora e Estremoz.

⁷⁴ Évora e Estremoz.

dois deputados (um no Porto e outro em Lisboa Oriental). Os regionalistas também conseguiram dois deputados, mercê da sua vitória em Ponta Delgada⁷⁵. O Partido Republicano Radical não conseguiu eleger qualquer deputado. Significativo foi o resultado das candidaturas independentes. Em 19 círculos foram eleitos 20 deputados a título individual⁷⁶. Outro deputado independente foi eleito em Lisboa Oriental, integrando, porém, uma coligação. No seu conjunto, os independentes conseguiram cinco vitórias (todas fora do continente⁷⁷) e sete empates⁷⁸.

A vitória do PRP acabou por não surpreender ninguém. No seu manifesto eleitoral, deixara logo o aviso de que, apesar da dissidência esquerdista, o partido não sofrera “diminuição sensível na potência da sua vasta organização”. Os factos acabariam por confirmá-lo⁷⁹.

À esquerda, eram grandes as esperanças num bom resultado eleitoral. No início do ano, José de Macedo, um dos principais dirigentes do PRR, previa a eleição de oito deputados em Lisboa e outros tantos no resto do país⁸⁰. Este partido, porém, não conseguiu um único mandato. Mais altas eram ainda as expectativas dos esquerdistas. Amadeu de Freitas, candidato na capital, estava convicto de que Esquerda Democrática levaria ao Parlamento 35 deputados⁸¹. Também *O Mundo*, logo a seguir às eleições, dava como eleitos 18 deputados⁸². Quando os números começaram a ser conhecidos na sua verdadeira dimensão, o jornal não se inibirá de classificar como “animadora” a primeira jornada eleitoral da ED. Com mais algum tempo, diria o jornal num registo pouco realista, a ED tornar-se-ia “absolutamente invencível”⁸³.

Em declarações ao *Diário de Lisboa*, perante um cenário de 18 deputados (12 eleitos pela ED a que se juntariam 6 vindo do PRP), José Domingues dos Santos considerou as eleições “um triunfo” para os esquerdistas. Desvalorizando o número de eleitos, diria: “Não é isso que vale. Fomos atacados por todos os partidos. Somos um grupo isolado, e marcamos espantosamente como força eleitoral e política”⁸⁴. A Esquerda Democrática, pese embora estas e outras previsões mais ou menos optimistas, acabaria (como já foi dito) por eleger apenas seis deputados. Tendo concorrido em 25 círculos, obteve uma percentagem nacional à volta de 10,7% dos votos⁸⁵.

As eleições não deixaram também de ser comentadas pela imprensa ligada ao PCP. Num óbvio ataque à CGT, o jornal *Bandeira Vermelha* considerou um “erro gravíssimo” e mesmo um “crime” a abstenção da classe operária, que não representou outra coisa senão ter-se entregue “de pés e mãos nas garras da burguesia”⁸⁶.

⁷⁵ Ambos os candidatos eram militares. Um deles, Filomeno da Câmara, era, um destacado dirigente do PRN. O outro, Herculano Amorim Ferreira, era independente.

⁷⁶ Ponte de Lima, Vila Real, Santo Tirso, Aveiro, Oliveira de Azeméis, Viseu, Gouveia, Coimbra, Arganil, Castelo Branco, Leiria, Vila Franca de Xira, Faro, Horta, Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Índia e Macau.

⁷⁷ Horta, Angola, S. Tomé e Príncipe, Índia e Macau.

⁷⁸ Ponte de Lima, Vila Real, Santo Tirso, Arganil, Castelo Branco, Vila Franca de Xira e Moçambique.

⁷⁹ *O Rebate*, 5/11/1925, p. 1.

⁸⁰ *O Radical*, 21/11/1925, p. 1.

⁸¹ *A Tribuna*, 4/11/1925, p. 1.

⁸² *O Mundo*, 11/11/1925, p. 1.

⁸³ *O Mundo*, 16/11/1925, p. 1.

⁸⁴ *Diário de Lisboa*, 21/11/1925, p. 5.

⁸⁵ QUEIROZ, 2008: 122.

⁸⁶ *Bandeira Vermelha*, 11/10/1925, p. 1.

Para o periódico *A Internacional* os resultados tinham ido além suas expectativas, pese embora a “deficientíssima” preparação da Esquerda Social; também a preparação da ED “não era perfeita”; o jornal, porém, justifica-a atendendo ao pouco tempo que os esquerdistas tiveram para montar a máquina eleitoral, de que resultou uma “péssima distribuição das listas”⁸⁷.

O relatório da Comissão Central ao II Congresso do PCP considerou que os resultados das eleições legislativas haviam sido “coroados de melhor êxito”, tendo em conta a “impreparação eleitoral” e a “escassez de recursos”. O documento deixa, no entanto, a confissão de que tanto o PCP como as classes trabalhadoras que haviam proposto directamente os seus candidatos deveriam “ter ido sós para as urnas”. Não o haviam feito “por força das circunstâncias”. Os princípios, porém, haviam ficado salvaguardados já que não havia outros compromissos para além da inclusão dos candidatos comunistas nas listas populares⁸⁸.

Um jornal de Santarém (*O Combate*) considerou “ponderável” a votação das “forças de renovação” constituídas por esquerdistas, radicais, socialistas e comunistas; essa votação, porém, havia sido prejudicada pela divisão entre elas e pela abstenção de anarquistas e anarco-sindicalistas. Tendo em consideração todos estes factores, o jornal escalabitano concluía que as forças renovadoras eram maiores que as forças “reaccionárias”⁸⁹.

Conclusão

As últimas eleições da Primeira República decorreram num quadro de “normalidade”. Apesar de muito participadas, o número de eleitores (resultante de um sufrágio muito restritivo, que excluía as mulheres e os analfabetos, isto é, a maioria esmagadora da população) foi, uma vez mais, francamente insuficiente para “legitimar” o regime perante a nação. Este facto levaria um jornal monárquico, o *Correio da Manhã*, a considerar que a República lutava com “a mesma dificuldade das suas primeiras horas: *não ter eleitores*”. Sendo, como era, um “sistema político de opinião”, a República não encontrava “eco na opinião do país”; sendo, ainda, um “sistema de democracia”, não se atrevia “a perguntar ao povo” se lhe confiava “os seus destinos”. Como não tinha eleitores (acrescentava o jornal), a República “falsificou, na aplicação, todos os seus princípios fundamentais”⁹⁰.

Posição contrária era, naturalmente, a dos republicanos. Bernardino Machado, por exemplo, dizia que os monárquicos só queriam “o sufrágio popular para o estrangularem”⁹¹.

O quadro de “normalidade” verificou-se ainda nas inúmeras falcaturas que se praticaram, antes⁹², durante e depois do acto eleitoral, nomeadamente nas próprias comissões de verificação

⁸⁷ *A Internacional*, 14/11/1925, p. 1.

⁸⁸ *O Comunista*, 22/11/1925, p. 4.

⁸⁹ *O Combate*, 14/11/1925, p. 1.

⁹⁰ *Correio da Manhã*, 24/9/1925, p. 1.

⁹¹ *Diário de Lisboa*, 27/10/1925, p. 8

⁹² Para além dos acordos e das irregularidades no recenseamento, a campanha eleitoral foi marcada por várias formas de coacção. A Igreja também esteve envolvida directamente, como denuncia, por exemplo o jornal *Alvorada* (quinzenário de Arcos de Valdevez). Veja-se esta passagem de um artigo de fundo intitulado “As assombrosas vitórias”: “Para guerrear o Dr. Germano de Amorim, ex-deputado esquerdista a quem esta terra deve os mais relevantes serviços, puseram-se em prática todos os meios, não havendo estratagemas, por mais ilegal e violento, de que se não lançasse mão para atingir o

de poderes. A diferença em relação a eleições anteriores teve a ver, isso sim, com uma maior afluência às urnas e com o aumento de irregularidades que se observaram de Norte a Sul do país, facto que levou um historiador a classificá-las como “as mais fraudulentas e indecorosas” da Primeira República⁹³.

A forma como decorreu o acto eleitoral pode resumir-se, simbolicamente, na “costumada cantilena” que uma figura típica de Lisboa (conhecida por “Pinheiro Maluco”) não se cansou de gritar à porta da assembleia eleitoral da Escola Politécnica, e que um jornal registou: “Ó porcalhões dum povo! Tudo isto é hipocrisia e mentira...”⁹⁴

Quanto a resultados (e apesar da cisão verificada, em Julho, no PRP) nada de substancial se alterou. Nem era crível que isso sucedesse, isto é, uma maioria esquerdista ou uma maioria conservadora. Muito menos uma maioria monárquica. Como lembrava Bernardino Machado (em entrevista a um diário da capital), se por quaisquer circunstâncias os monárquicos vencessem em Lisboa (e, acrescentamos nós, no resto do país), “o povo, no dia seguinte, responder-lhes-ia com a revolução”⁹⁵. É que (dizia ainda Bernardino Machado) os monárquicos poderiam ter, “em alguns casos, razão”. Mas o que não tinham, “em circunstância nenhuma” era “autoridade”.

Em suma: após as eleições, o espectro político, embora alargado, continuava a ser claramente dominado pelo PRP. O órgão dos anarco-sindicalistas, *A Batalha*, não deixaria de o sublinhar, ao escrever:

“As eleições são um jogo de azar. Minorias e maiorias? Não, pequeno e grande – mas ganha sempre o banqueiro ... O banqueiro é o partido democrático – ganhou. Ficamos por isso na mesma como dantes”⁹⁶.

Bernardino Machado pretendia que, com estas eleições, se impusesse aos governantes “a necessidade de restaurar a República e de renovar a obra realizada de 5 de Outubro até à guerra”⁹⁷. Se os dirigentes republicanos haviam falhado, competia ao povo falar “a linguagem sincera do seu querer e do seu sentir”. Daí considerar que “os erros dos republicanos” seriam “emendados pelos próprios republicanos”, que “os males da República” seriam “tratados apenas” por quem amava a República. Bernardino Machado era manifestamente um optimista. Basta olharmos para o seu programa eleitoral, que resumia a uma simples frase: “confraternização eleitoral”⁹⁸. Para seu mal, e mal da República, enganou-se. Os factos que se seguiram não tardariam a demonstrá-lo.

De facto, a consciência, por parte de várias forças políticas e sociais (e, naturalmente, do Exército) de que através de eleições não poderia encontrar-se uma real alternativa ao PRP fez com que as redes conspirativas (que não haviam sido desmanteladas a seguir ao golpe militar

fim odioso e malévolo. Era necessário, primeiro, torpedear a sua candidatura e impedir que aquele nosso amigo voltasse a ocupar o seu lugar em S. Bento. [...] E foi então que – suprema vergonha! – se assistiu à aliança monstruosa de católicos e *bonzos*, vendo-se o arcebispo de Braga, como qualquer galopim de pechisbeque, num desprezo absoluto pelas suas funções, percorrer de automóvel as sedes dos concelhos, reunindo o clero nas igrejas para, na presença das imagens assombradas, lhe impor a lista *bonzo-católica*, sob pena de penalidades e agravos!” (*Alvorada*, 20/12/1925, p. 1).

⁹³ LOPES, 1994: 159.

⁹⁴ *Diário de Lisboa*, 8/11/1925, p. 8.

⁹⁵ *Diário de Lisboa*, 27/10/1925, p. 8.

⁹⁶ *A Batalha*, 10/11/1925, p. 1.

⁹⁷ *Diário de Lisboa*, 27/10/1925, p. 8.

⁹⁸ *Diário de Lisboa*, 8/11/1925, p. 6.

de 18 de Abril) acelerassem a sua actividade. A de Braga, donde partiu a marcha de Gomes da Costa, organizou-se, aliás, apenas em Dezembro⁹⁹. Daí que o 28 de Maio (independentemente de muitas outras razões) tenha sido também consequência dos resultados das eleições de 8 de Novembro de 1925.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES HEMEROGRÁFICAS

31 (O) - Lisboa
ABC - Lisboa
Alvorada - Arcos de Valdevez
Bandeira Vermelha - Porto
Batalha (A) - Lisboa
Combate (O) - Santarém
Comunista (O) - Lisboa
Correio da Manhã - Lisboa
Despertar (O) - Sintra
Diário de Lisboa - Lisboa
Diário de Notícias - Lisboa
Diário do Governo - Lisboa
Época (A) - Lisboa
Estrela do Minho - Vila Nova de Famalicão
Flor do Tâmega - Amarante
Internacional (A) - Lisboa
Marte - Coimbra
Mundo (O) - Lisboa
Novidades - Lisboa
O Democrático - Vila do Conde
Paz (A) - Vila Nova de Famalicão
Radical (O) - Lisboa
Rebate (O) - Lisboa
Região Flaviense (A) - Chaves
Século (O) - Lisboa
Setubalense (O) - Setúbal
Trabalhador Rural (O) - Beja
Tribuna (A) - Porto

ESTUDOS DE CARÁCTER ESPECÍFICO

ALMEIDA, Pedro Tavares de (org.), 1998 – *Legislação Eleitoral Portuguesa, 1820-1926*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros/Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
 MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), s/d. – *História da 1.ª República Portuguesa – As Estruturas de Base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.

⁹⁹ *ABC*, 15/7/1926, p. 20.

QUEIROZ, António José, 2008 – *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Lisboa, Livros Horizonte.

LOPES, Fernando Farello, 1994 – *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa.

ANEXO
Eleições Legislativas de 8 de Novembro de 1925
Resultados

Círculo N.º 1 - Viana do Castelo

Número de votantes: ?

Candidatos eleitos	Listas	Votos
Rodrigo Luciano de Abreu e Lima	PRP	4698
João da Cruz Filipe	PRP	4620
Rafael Augusto de Sousa Ribeiro	PRN	3012

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 402.

Círculo N.º 2 - Ponte de Lima

Número de votantes: 8402

Candidatos eleitos	Listas	Votos
Teófilo Maciel Pais Carneiro	PRP	4873
António Augusto Alvares Pereira de Sampaio Forjaz Pimentel	CCP	4796
António de Araújo Mimoso	IND	4005

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 404.

Círculo N.º 3 - Braga

Número de votantes: ?

Candidatos eleitos	Listas	Votos
Domingos Leite Pereira	PRP	11180
António Albino Marques de Azevedo	PRP	10731
Francisco Alberto da Costa Cabral	PRP	10596
António Lino Neto	CCP	7016

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 405.

Círculo N.º 4 - Guimarães**Número de votantes: ?**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
Mariano da Rocha Felgueiras	PRP	9757
Maximino de Matos	PRP	9757
Luís da Costa Amorim ¹⁰⁰	PRP	9653
Artur Brandão	PRN	5072

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 406.

Círculo N.º 5 - Vila Real**Número de votantes: 11502**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
Domingos José de Carvalho Araújo	PRP	8504
Nuno Simões ¹⁰¹	IND	6720
Raúl Lelo Portela	PRN	5221

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 408.

Círculo N.º 6 - Chaves**Número de votantes: ?**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
Francisco Pinto da Cunha Leal	PRN	6673
Guilhermino Alves Nunes	PRP	6267
Luís da Costa Amorim ¹⁰²	PRP	6216

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 409.

Círculo N.º 7 - Bragança**Número de votantes: 6393**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
Diogo Albino Sá Vargas	PRP	2994
Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso	PRN	2826
Valentim Guerra	PRP	2813

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 410.

¹⁰⁰ Candidatura não sancionada pelo Directório do PRP. Eleito simultaneamente pelos círculos de Guimarães e Chaves.

¹⁰¹ Independente integrado na lista do PRP.

¹⁰² Candidatura sancionada pelo Directório do PRP. Eleito simultaneamente pelos círculos de Guimarães e Chaves.

Círculo n.º 8 - Moncorvo**Número de votantes: 7255**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães	PRP	4749
Henrique Maria Pais Cabral	PRP	4629
Álvaro da Cunha Ferreira Leite	PRN	2949

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 411.

Círculo N.º 9 - Porto**Número de votantes: ?**

Candidatos eleitos	Lista	Partido	Votos
Armando Marques Guedes	CRS	PRP	5127
António Alves Cálem Júnior	CRS	PRN	5001
Eduardo Ferreira Santos Silva	CRS	PRP	4930
Henrique Pereira de Oliveira	CRS	PRP	4794
Alberto Nogueira Gonçalves	CRS	PRP	4761
Amílcar da Silva Ramada Curto	CRS	PSP	4652
José Domingos dos Santos	ED		4333
João de Pina Morais Júnior	ED		4073

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 412.

Círculo N.º 10 - Penafiel**Número de votantes: 15047**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
Luís Gonzaga da Fonseca Moreira	PRP	6846
Armando Pereira de Castro Agatão Lança	PRP	6688
António Joaquim Machado Lago Cerqueira	PRP	6420
José Novais de Carvalho Soares de Medeiros	PRN	6141

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 414.

Círculo N.º 11 - Vila Nova de Gaia**Número de votantes: 10532; listas válidas: 10528**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
João Baptista da Silva	PRP	4318
Lourenço Correia Gomes	PRP	3896
Custódio Lopes de Castro	PRN	2954

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 415.

N.º 12 - Santo Tirso**Número de votantes: 22041**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
Henrique Sátiro Lopes Pires Monteiro	PRP	4599
Artur da Cunha Araújo	IND	3722
Adriano António Crispiniano da Fonseca	ED	2625

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 416.

Círculo N.º 13 - Aveiro**Número de votantes: 37328**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
Joaquim Maria de Oliveira Simões ¹⁰³	PRP	6365
Manuel Homem de Melo da Câmara	CM	6153
Alberto Ferreira Vidal	PRP	5793
Manuel Ribeiro Alegre	IND	5402

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 418.

Círculo N.º 14 - Oliveira de Azeméis**Número de votantes: 17166; listas válidas: 17164**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
João Salema de Sousa Abreu Gouveia Faria de Carvalho Pereira	PRP	8377
Albino Soares dos Reis Júnior	PRN	6782
Aníbal Pereira Peixoto Beleza	PRP	6561
Ângelo Sá Couto da Cunha Sampaio Maia ¹⁰⁴	IND	6519

Fonte: AHP, Secção IX, Caixas 420 e 421.

Círculo N.º 15 - Viseu**Número de votantes: 13657**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
Bernardo Pais de Almeida	PRP	6540
Francisco Coelho do Amaral Reis	PRP	6226
José Maria Álvares ¹⁰⁵	IND	5935
José Marques Loureiro	PRN	4970

Fonte: AHP, Secção IX, Caixas 422 a 424.

¹⁰³ Candidatura não sancionada pelo Directório do PRP.¹⁰⁴ Independente apoiado pelo PRN.¹⁰⁵ Candidatura recomendada pela UIE. José Maria Álvares acabaria por se integrar no Grupo Parlamentar Democrático (maioria liderada pelo PRP).

Círculo N.º 16 - Lamego**Número de votantes: ?**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
Dr. Alfredo Pinto de Azevedo e Sousa	PRP	10398
Dr. Adriano Gomes Ferreira Pimenta	PRP	9219
Dr. Afonso de Melo Pinto Veloso	PRN	9072
Dr. António de Paiva Gomes	PRP	6962

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 425.

Círculo N.º 17 - Guarda**Número de votantes: 7490**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
Felizardo António Saraiva	PRP	4408
Joaquim Dinis da Fonseca	CCP	3830
Vasco Borges	PRP	2665

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 426.

Círculo N.º 18 - Gouveia**Número de votantes: 11067**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
Augusto Pires do Vale	PRP	4541
Artur Saraiva de Castilho	PRP	3977
António Joaquim Ferreira da Fonseca	IND	2705

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 427.

Círculo N.º 19 - Coimbra**Número de votantes: 22231**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
Domingos António de Lara ¹⁰⁶	IND	7306
José de Vasconcelos de Sousa Nápoles	PRN	6865
António Alberto de Torres Garcia	PRP	6650
Alberto Álvaro Dias Pereira	PRP	5387

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 428.

¹⁰⁶ Independente apoiado pelo PRN.

Círculo N.º 20 - Arganil**Número de votantes: 11376**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
António Dias	PRP	4843
Alberto de Moura Pinto	IND	4755
Mário Correia Carvalho de Aguiar	CM	4672

Fonte: AHP, Secção IX, Caixas 429 e 430.

Círculo N.º 21 - Castelo Branco**Número de votantes: 7980**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
António Pinto de Meireles Barriga	IND	3658
António Augusto Rodrigues	PRP	3612
Pedro Góis Pita	PRN	3147

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 431.

Círculo N.º 22 - Covilhã**Número de votantes: 12829**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
António José Pereira	PRP	3489
Artur Virgínio Brito Carvalho da Silva	CM	2308
José Vicente Barata	PRP	3065

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 432.

Círculo N.º 23 - Leiria**Número de votantes: 10477**

Candidatos eleitos	Partido	Votos
João Lopes Soares	PRP	4642
Joaquim Ribeiro de Carvalho	IND	4511
Custódio Martins de Paiva	PRP	4279

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 433.

Círculo N.º 24 - Alcobaça**Número de votantes: ?**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
Adolfo Teixeira Leitão	PRP	2943
Viriato Sertório dos Santos Lobo	PRP	2860
José de Moura Neves	PRN	2783

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 434.

Círculo N.º 25 - Santarém**Número de votantes: ?**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
António Augusto Tavares Ferreira	PRP	3343
Dagoberto Augusto Guedes	PRP	2919
João Teixeira de Queiroz Vaz Guedes	PRP	2868
António Ginestal Machado	PRN	2366

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 435.

Círculo N.º 26 - Tomar**Número de votantes: ?**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
Francisco Godinho Cabral	PRP	4825
Alberto Dinis da Fonseca	CCP	4621
Joaquim António de Melo e Castro Ribeiro	PRP	4606
João Tamagnini de Sousa Barbosa	PRN	4547

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 437.

Círculo N.º 27 - Lisboa Oriental**Número de votantes: ?**

Candidatos eleitos	Lista	Partido	Votos
António José de Almeida	CRS	IND	5494
Tomé José de Barros Queiroz	CRS	PRN	5284
Alfredo Pedro Guisado	CRS	PRP	5212
António Maria da Silva	CRS	PRP	5066
José Mendes Nunes Loureiro	CRS	PRP	5018
Afonso Augusto da Costa	CRS	PRP	4795
Manuel Gregório Pestana Júnior	ED		3545
Alfredo da Cruz Nordeste	ED		3497

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 438.

Círculo N.º 28 - Lisboa Ocidental**Número de votantes: ?**

Candidatos eleitos	Listas	Partidos	Votos
Alexandre Ferreira	CRS	PRP	4954
Alfredo Rodrigues Gaspar	CRS	PRP	4850
Daniel José Rodrigues	CRS	PRP	4763
João Luís Ricardo	CRS	PRP	4707
Alberto Carlos da Silveira	CRS	PRN	4678
Amancio de Alpoim	CRS	PSP	4488
António Ferreira Cabral Pais do Amaral	CM		3081
Elmano de Morais Cunha e Costa	CM		3052

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 438.

Círculo N.º 29 - Setúbal**Número de votantes: 8750**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
João Bernardino de Sousa Carvalho	PRP	2821
Joaquim Brandão	PRN	2584
Jorge de Vasconcelos Nunes	PRN	2384

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 442.

Círculo N.º 30 - Vila Franca de Xira**Número de votantes: 5728**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
Abel Teixeira Pinto	PRP	2091
João Raimundo Alves	PRN	1890
Manuel Serras ¹⁰⁷	IND	1874

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 444.

Círculo N.º 31 - Torres Vedras**Número de Votantes: 15939**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
Alberto Pinheiro Torres	CM	2587
Raul Marques Caldeira	PRP	2281
Mariano de Melo Vieira	PRN	2267

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 445.

¹⁰⁷ Manuel Serras integrou-se no Grupo Parlamentar Democrático (maioria liderada pelo PRP).

Círculo N.º 32 – Portalegre**Número de votantes: ?**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
Severino Santana Marques	UIE	1959
João José da Conceição Camoesas	PRP	1894
Baltazar de Almeida Teixeira	PRP	1894

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 446.

Círculo N.º 33 – Elvas**Número de votantes: 3928; listas válidas: 3923**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
Rui de Andrade	CM	1665
Eduardo Fernandes de Oliveira	UIE	1497
Francisco Cruz	PRN	1317

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 447.

Círculo N.º 34 - Évora**Número de votantes: 4952; listas válidas: 4939**

Candidatos eleitos	Listas	Votos¹⁰⁸
Alberto Jordão Marques da Costa	PRN	2246
Joaquim Nunes Mexia	UIE	1870
Manuel Eduardo da Costa Fragoso	PRP	1728

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 448.

Círculo N.º 35 - Estremoz**Número de votantes: 3079; listas válidas: 3073**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
Manuel de Sousa da Câmara	PRN	1215
Sebastião de Herédia	PRP	1201
José Rosado da Fonseca	UIE	937

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 449.

¹⁰⁸ Resultados após a repetição das eleições em Portel no dia 28 de Fevereiro de 1926.

Círculo N.º 36 - Beja**Número de votantes: 4463**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
Jaime António Palma Mira	PRN	2757
José do Vale de Matos Cid	PRN	2051
Paulo Limpo de Lacerda	PRP	1674

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 450.

Círculo N.º 37 - Aljustrel**Número de Eleitores 3055**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
José Joaquim Gomes de Vilhena	PRP	1517
Joaquim Toscano de Sampaio	PRP	1267
António Lobo de Aboim Inglês	PRN	877

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 451.

Círculo N.º 38 - Faro**Número de votantes: 7219**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
Manuel de Sousa Coutinho Júnior	PRP	2866
Zacarias da Fonseca Guerreiro	PRP	2640
Carlos Fuzeta ¹⁰⁹	IND	2432

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 452.

Círculo N.º 39 - Silves**Número de votantes: 7437; listas válidas: 7432**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
João Estêvão Águas	PRP	4127
Luís de Sousa Faísca	PRP	3971
Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá	PRN	1644

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 453.

¹⁰⁹ Candidatura recomendada pela UIE e pela CM.

Círculo N.º 40 - Angra do Heroísmo**Número de votantes: ?**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
João Ornelas da Silva	PRN	3177
José Carlos Trilho ¹¹⁰	PRN	2630

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 454.

Círculo N.º 41 - Horta**Número de votantes: ?**

Candidato eleito	Listas	Votos
Manuel José da Silva	IND	2312

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 455.

Círculo N.º 42 - Ponta Delgada**Número de votantes: 5275**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
Filomeno da Câmara Melo Cabral ¹¹¹	REG	3286
Herculano Amorim Ferreira	REG	3155
Augusto Rebelo Arruda	PRP	1653

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 456.

Círculo N.º 43 - Funchal**Número de Votantes: 8538**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
Luís Lopes Vieira de Castro ¹¹²	CM	4617
Manuel da Costa Dias ¹¹³	PRP	4256
Adolfo de Sousa Brazão ¹¹⁴	PRP	3670
Domingos Augusto Reis Costa	PRN	3283

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 457.

¹¹⁰ Embora eleito numa lista do PRN, José Carlos Trilho pertencia ao PRP. Depois de eleito iria, aliás, integrar o Grupo Parlamentar Democrático.

¹¹¹ Eleito em lista “Regionalista”, Filomeno da Câmara integrou o Grupo Parlamentar do PRN.

¹¹² Eleição não validada pela Comissão de Verificação de Poderes.

¹¹³ Candidatura não sancionada pelo Directório do PRP.

¹¹⁴ Candidatura não sancionada pelo Directório do PRP.

Círculo N.º 44 - Cabo Verde**Número de Votantes: 5114 votos**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
Carlos Eugénio de Vasconcelos	ED	3201
Carlos de Barros Soares Branco	PRP	2901

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 458.

Círculo N.º 45 - Angola**Número de Votantes: ?**

Candidato eleito	Listas	Votos
Carlos Moura Carvalho	IND	?
António Leite de Magalhães	IND	?

Fonte: AHP, Secção IX, Caixas 459 e 460.

Círculo N.º 46 - Moçambique**Número de Votantes: ?**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
Delfim Costa	PRP	1951
Álvaro Xavier de Castro	IND	1828

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 461.

Círculo N.º 47 - Guiné**Número de votantes: 698**

Candidato eleito	Listas	Votos
Filemon da Silveira Duarte de Almeida	PRP	612

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 462.

Círculo N.º 48 - S. Tomé e Príncipe**Número de votantes: ?**

Candidato eleito	Listas	Votos
José António de Magalhães	IND	530

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 740.

Círculo N.º 49 - Índia**Número de votantes: 8878; 2 listas válidas: 8874.**

Candidato eleito	Listas	Votos
Idalécio Froilano de Melo ¹¹⁵	IND	5184

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 463.

Círculo N.º 50 - Macau**Número de votantes: ?**

Candidatos eleitos	Listas	Votos
Manuel Ferreira da Rocha	IND	280

Fonte: AHP, Secção IX, Caixas 464 e 465.

Círculo N.º 51 - Timor**Número de votantes: 408; listas válidas: 400**

Candidato eleito	Listas	Votos
Francisco Gonçalves Velhinho Correia	PRP	400

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 465.

MANDATOS:

PRP – 83
 PRN – 33
 IND – 21
 CM – 8
 ED – 6
 CCP – 4
 UIE – 4
 PSP – 2
 REG – 2

ABREVIATURAS:

AHP – Arquivo Histórico-Parlamentar
 CCP – Centro Católico Português
 CM – Causa Monárquica
 CRS – Conjunção Republicano-Socialista
 ED – Esquerda Democrática

¹¹⁵ Integrou-se no Grupo Parlamentar Democrático (liderado pelo PRP).

IND – Independente
PRN – Partido Republicano Nacionalista
PRP – Partido Republicano Português
PSP – Partido Socialista Português
REG – Regionalista
UIE – União dos Interesses Económicos